

Diário Notícias	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	236 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	5

27-09-2006

VOOS DA CIA

Parlamento realiza investigação paralela

Francisco Almeida Leite

A Assembleia da República vai ouvir a 17 de Outubro entidades relacionadas com a gestão e fluxo do espaço aéreo, no seguimento da polémica dos voos da CIA que alegadamente transportavam prisioneiros de guerra e que terão passado por aeroportos europeus. A Comissão de Negócios Estrangeiros apreciou e aprovou ontem, por unanimidade, um relatório nesse sentido, feito pelo socialista Vera Jardim, e ao mesmo tempo a criação de uma “Comissão para a apreciação dos procedimentos que têm sido adoptados e fragilidades do sistema”. Pelo Parlamento irão passar o Instituto Nacional de Aeronáutica Civil (INAC), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Direcção-Geral das Alfândegas e a Direcção-Geral de Aeronáutica.

Ao DN, o deputado admite que a ideia “é fazer um trabalho de auditoria para tentar saber quais são os voos que aterram em Portugal”. O que, para Vera Jardim, nada tem a ver com a informação que o Ministério dos Negócios Estrangeiros estará a reunir para remeter à Comissão do Parlamento Europeu sobre a CIA, presidida pelo eurodeputado Carlos Coe-



Audições | Deputados vão ouvir entidades responsáveis pelo espaço aéreo

lho. “São duas vias paralelas”, diz Vera Jardim.

Isso mesmo confirma José Luís Arnaut, deputado do PSD e presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros: “Pelo passado irá responder o Governo, nós na AR queremos antes saber quais são as medidas correctivas que deverão ser tomadas, no seguimento aliás de recomendações da última reunião do Conselho da Europa”. Mesmo em relação ao que terá sucedido com a passagem por espaço aéreo nacional de aviões da CIA, o antigo ministro

do PSD lembra que “o controlo é do parlamento português e, como tal, o Governo irá informar-nos primeiro”, diz ao DN. Esta semana, Luís Amado escreveu à Assembleia da República – ao presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros – a explicar que tinha decidido ser ele próprio a coordenar toda a recolha e processamento de informação que o MNE irá avançar aos deputados e, num segundo momento, ao Parlamento Europeu. O ministro não avançou com um prazo para prestar esclarecimentos. |

